

23 de setembro de 2022

PROCEDIMENTO DOS DÉFICES EXCESSIVOS

(2.ª Notificação de 2022)

Nos termos dos Regulamentos da União Europeia, o INE envia para o Eurostat, até ao final do mês corrente, a 2.ª notificação de 2022 relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos (PDE).

Nos termos do Regulamento (CE) n.º 479/2009 do Conselho, as notificações iniciam um trabalho conjunto das autoridades estatísticas nacionais com o Eurostat o qual, no prazo de 3 semanas, deverá apreciar as notificações e publicar os resultados finais para todos os Estados-membros.

Em cumprimento do disposto na Lei Orgânica n.º 2/2013 – Lei de Finanças das Regiões Autónomas, Capítulo V – Prestação de contas, artigo 21.º, sobre o Procedimento dos Défices, a Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM), apresentou no passado dia 16 de setembro à composição restrita do Grupo de Estatísticas das Administrações Públicas (GEAP) - formado por técnicos do Instituto Nacional de Estatística (INE), do Departamento de Estatística do Banco de Portugal e da Direção Geral do Orçamento - uma estimativa da Conta não financeira e financeira da Administração Pública Regional (APR) da Madeira, na ótica das Contas Nacionais, de acordo com a metodologia do SEC 2010 e do Manual do Défice e da Dívida aprovado pelo Eurostat.

A compilação da capacidade / necessidade líquida de financiamento e da dívida pública é efetuada em estreita ligação com as autoridades estatísticas nacionais, ou seja, com o INE no primeiro caso e com o Banco de Portugal no segundo. Estes organismos são ainda responsáveis pela validação da informação reportada.

Saldo e Dívida Bruta da APR da Região Autónoma da Madeira entre 2018 e 2021

Unid: milhões de euros

Administração Pública Regional da Madeira	Anos			
	2018 Final	2019 Final	2020 Final	2021 Provisório
Capacidade (+)/necessidade (-) líquida de financiamento	101,8	38,5	-128,5	-214,4
Dívida Bruta	4 746,9	4 662,8	5 112,0	5 077,1
Produto Interno Bruto Regional, a preços de mercado (PIBRpm)	4 940,4	5 126,4	4 461,7	x
<i>Por Memória:</i>				
Rácio Capacidade / necessidade líquida de financiamento da APR no PIBRpm	2,1%	0,8%	-2,9%	x
Rácio Dívida Bruta da APR no PIBRpm	96,1%	91,0%	114,6%	x

x - Não disponível

<https://estatistica.madeira.gov.pt/>

Direção Regional de Estatística da Madeira
"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"

Revisões face à 1.ª notificação de 2022

Comparativamente à notificação anterior (divulgada pela DREM a 25 de março de 2022), os valores relativos aos anos de 2020 e 2021 apresentam revisões que decorrem fundamentalmente da incorporação de nova informação. Note-se que os dados de 2020 têm agora uma natureza final e os relativos a 2021, uma natureza provisória.

As revisões dos resultados de 2020 resultam da incorporação de informação final e detalhada, agora disponível para todas as entidades das AP. As revisões dos resultados para 2021 refletem, como habitual, a apropriação de dados da Informação Empresarial Simplificada (IES) e de outra informação baseada na especialização do exercício (accrual), em lugar de informação baseada em fluxos de caixa, para um conjunto mais vasto de entidades.

Revisões dos saldos da Administração Pública Regional da Madeira por subsetor

	2020	2021
	Final	Provisório
Governo Regional	0	-4 677
Serviços e Fundos Autónomos	-4 570	170
Empresas Públicas classificadas no perímetro da APR	- 262	16 662
Administração Pública Regional da Madeira	-4 832	12 156

Unid: mil euros

Passagem do saldo em contabilidade pública para o saldo em contabilidade nacional

No apuramento do défice orçamental na ótica das Contas Nacionais, é necessário proceder a um conjunto de ajustamentos aos resultados apurados em contabilidade pública. A contabilidade pública obedece a uma ótica de caixa, registando-se todas as despesas pagas no período contabilístico. Em Contas Nacionais, registam-se os encargos assumidos num determinado período contabilístico, independentemente do seu pagamento ocorrer noutro período, e excluem-se pagamentos respeitantes a encargos assumidos noutros períodos.

Outro importante ajustamento efetuado está relacionado com a delimitação setorial do setor das AP, no qual são consideradas entidades que não estão integradas no saldo em contabilidade pública, mas que pertencem ao setor institucional das AP na ótica das Contas Nacionais, por força da aplicação do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010), e são retiradas entidades que não integram esse setor, mas que estão incluídas no saldo em contabilidade pública.

Finalmente há operações que, de acordo com o quadro conceptual das Contas Nacionais, têm uma classificação específica, nomeadamente alguns casos em que as aquisições, por entidades das AP, de participações de capital de outras entidades são contabilizadas como transferências de capital e não como



Direção Regional de Estatística da Madeira

"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"

operações financeiras, sendo necessário proceder aos ajustamentos correspondentes.

Resumo da passagem de saldo em Contabilidade Pública para Contabilidade Nacional

Unid: mil euros

Administração Pública Regional da Madeira	2020	2021
Saldo em contabilidade pública	-147 982	-274 619
Ajustamento accrual e delimitação setorial em Contas Nacionais	53 780	91 163
Diferença entre juros pagos e devidos	-11 809	-23 958
Outros valores a receber	0	5 776
Outros valores a pagar	5 457	12 304
Outros ajustamentos:	-23 140	-25 059
<i>Injeções de capital</i>	-45 986	-45 332
<i>Outros</i>	22 846	20 273
Saldo em contabilidade nacional	-123 694	-214 393

A necessidade de financiamento da Administração Pública Regional da Madeira situou-se em 214,4 milhões de euros em 2021, valor revisto em baixa face à notificação anterior (226,6 milhões de euros).

O saldo em contabilidade pública apresenta uma deterioração significativa em 2021, refletindo nomeadamente o impacto orçamental direto das medidas tomadas pelo Governo Regional no âmbito do combate à pandemia COVID-19.

Ao contrário de anos mais recuados, em que o saldo em contabilidade pública apresentava um diferencial acentuado face ao saldo em contabilidade nacional, o que derivava essencialmente dos pagamentos (regularização) de dívidas de anos anteriores, em 2021, essa rubrica assume valores menos expressivos, o que conduz a uma diferença pouco significativa entre o saldo nas duas óticas. O ajustamento accrual e delimitação sectorial em Contas Nacionais (saldo supervitário das empresas públicas classificadas no perímetro da APR) e os outros ajustamentos onde se incluem as injeções de capital destacam-se como as mais relevantes nesta passagem de Contabilidade Pública para Contabilidade Nacional.

É importante referir que, no apuramento da capacidade / necessidade de financiamento da APR da Madeira, se incluem, nas receitas, as transferências recebidas da Administração Central. Em 2021, segundo os valores apurados pelo INE, a Administração Central transferiu para a APR 185,8 milhões de euros, mais 3,2 milhões



Direção Regional de Estatística da Madeira

"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"

de euros que em 2020. Para a Região Autónoma dos Açores, o valor transferido foi de 301,8 milhões de euros, 7,9 milhões de euros a mais que no ano precedente.

No quadro seguinte apresenta-se o saldo da APR da Região Autónoma da Madeira entre 2018 e 2021 por subsector.

Unid: milhões de euros

Administração Pública Regional da Madeira	Anos			
	2018 Final	2019 Final	2020 Final	2021 Provisório
Governo Regional da Madeira	85,8	-77,8	-188,2	-301,3
Serviços e Fundos Autónomos da APR	2,8	2,9	6,2	-4,3
Empresas Públicas classificadas no perímetro da APR	13,2	113,3	53,5	91,2
Capacidade (+)/necessidade (-) líquida de financiamento	101,8	38,5	-128,5	-214,4

Em 2021, o saldo voltou a ser muito condicionado pela pandemia da COVID-19, que neste ano, terá tido um impacto estimado de 268 milhões de euros, associada a medidas de prevenção, contenção, mitigação e retoma no âmbito da pandemia. Descontando este valor, o saldo da APR da Madeira seria positivo, em cerca de 53,6 milhões de euros.

Dívida Bruta da Administração Pública Regional

Relativamente à dívida bruta, de acordo com a legislação europeia sobre esta matéria, importa ter presente os seguintes esclarecimentos: i. É excluída a dívida comercial que não esteja incluída em acordo de regularização de dívida; ii. É excluída a dívida das empresas públicas que não integram o sector das Administrações Públicas; iii. A dívida dos municípios e freguesias localizados nos territórios das Regiões Autónomas é registada no subsector da Administração Local.

Revisões face à notificação de abril de 2022

Unid: mil euros

	2020 Final	2021 Provisório
Governo Regional e Serviços e Fundos Autónomos	3 000	2 202
Empresas Públicas classificadas no perímetro da APR	0	0
Administração Pública Regional da Madeira	3 000	2 202

A dívida bruta da Administração Pública Regional da Madeira teve uma revisão de 2,2 milhões de euros em 2021 e de 3,0 milhões de euros em 2020, comparativamente à anterior notificação. Esta revisão deve-se à incorporação de Acordos de Regularização da Dívida (ARD) celebrados pelo Governo Regional referentes a dois processos que estavam a decorrer no tribunal arbitral.



Direção Regional de Estatística da Madeira

"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"

No quadro seguinte apresenta-se os valores da dívida bruta regional entre 2018 e 2021, por subsector.

Unid: milhões de euros

Administração Pública Regional (APR)	Anos			
	2018 Final	2019 Final	2020 Final	2021 Provisório
Governo Regional e Serviços e Fundos Autónomos	4 071,2	4 124,0	4 629,6	4 641,6
Empresas Públicas classificadas no perímetro da APR	675,7	538,8	482,4	435,5
Dívida Bruta	4 746,9	4 662,8	5 112,0	5 077,1

A dívida bruta da Administração Pública Regional da Madeira em 2021 situava-se nos 5 077,1 milhões de euros, tendo diminuído cerca de 35,0 milhões de euros (-0,7%) em relação ao ano de 2020.

Desagregando por subsector, verifica-se que no Governo Regional e nos Serviços e Fundos Autónomos a dívida aumentou 11,9 milhões de euros, nas Empresas Públicas Reclassificadas a redução foi de 46,9 milhões de euros, comparativamente ao ano precedente.

No quadro seguinte apresenta-se os valores da dívida bruta regional entre 2018 e 2021, por instrumento financeiro e subsector.

Unid: milhões de euros

Administração Pública Regional (APR)	Anos			
	2018 Final	2019 Final	2020 Final	2021 Provisório
Governo Regional e Serviços e Fundos Autónomos	4 071,2	4 124,0	4 629,6	4 641,6
Títulos de dívida	1 517,7	1 808,3	2 466,2	2 648,3
Empréstimos	2 553,4	2 315,7	2 163,4	1 993,3
Empresas Públicas classificadas no perímetro da APR	675,7	538,8	482,4	435,5
Títulos de dívida	0,0	0,0	0,0	0,0
Empréstimos	675,7	538,8	482,4	435,5
Dívida Bruta	4 746,9	4 662,8	5 112,0	5 077,1
Títulos de dívida	1 517,7	1 808,3	2 466,2	2 648,3
Empréstimos	3 229,2	2 854,5	2 645,8	2 428,8

Decompondo a dívida por instrumento financeiro, contabilizam-se 2 648,3 milhões de euros em títulos (+182,1 milhões de euros face a 2020) e 2 428,8 milhões de euros em empréstimos (-217,1 milhões de euros do que o ano anterior).



Principais Resultados do conjunto das Administrações Públicas do País e da Administração Regional dos Açores

No país, a necessidade de financiamento das Administrações Públicas em 2021 atingiu os 6,2 mil milhões de euros, o que correspondeu a 2,9% do PIB português. Por sua vez, no referido ano, a dívida bruta das Administrações Públicas ascendia a 269,2 mil milhões de euros, ou seja, a 125,5% do PIB. Na Região Autónoma dos Açores, o saldo da Administração Regional foi deficitário em 383,6 milhões de euros e a dívida bruta da Administração Regional dos Açores era, em 2021, de 2 683,0 milhões de euros.

